

AS TRANSIÇÕES FAMILIARES: A PERSPECTIVA DE CRIANÇAS E PRÉ-ADOLESCENTES¹

Vera Regina Röhnelt Ramires*

RESUMO. Este estudo buscou compreender como crianças e pré-adolescentes vivenciam a separação e novas uniões parentais. Foram avaliados 11 participantes entre 5 e 13 anos de idade, através de três sessões individuais e do Teste do Desenho da Família. O conteúdo das sessões foi analisado de acordo com a idade e nível de desenvolvimento, permitindo a formulação das categorias: aos 5 e 6 anos desejo/fantasia de reunir a família, separação sentida como uma tormenta; conflitos de lealdade e vivência dos conflitos próprios da idade; aos 8 e 9 anos ansiedade de separação, sentimentos de perda e dor intensas, fantasias de abandono e conflitos no processo identificatório; aos 10 e 13 anos aceitação da nova união dos pais, atitude de cuidado e proteção dos pais, sentimentos de culpa e temores de retaliação e raiva e tristeza. Discutiu-se a importância dos vínculos, a necessidade de promovê-los e estratégias de apoio nas transições familiares.

Palavras-chave: crianças, pré-adolescentes, divórcio.

FAMILY TRANSITIONS: THE PERSPECTIVE OF CHILDREN AND PREADOLESCENTS

ABSTRACT. The aim of this study was to understand how do children and early adolescents perceive divorce and remarriage. Eleven children and preadolescents from 5 to 13 years of age were interviewed. Three appointments were accomplished with each child. The Family Drawing Test was also used. The interviews content was analyzed according to the age and level of development, allowing the creation of several categories: at 5 and 6 years of age wishes and fantasies with the remarriage of their parents, divorce perceived as a big commotion, loyalty conflicts and experience of development conflicts; at 8 and 9 separation anxiety, feelings of pain and loss, abandonment fantasies and conflicts in the identification process; and at 10 and 13 remarriage acceptance, protection of parents attitudes, guilt feelings and fear of retaliation and anger and sadness. We have discussed the importance and need to promote bonding and supportive strategies in family transitions.

Key words: children, preadolescents, divorce.

Este estudo teve como objetivo principal compreender como crianças e pré-adolescentes concebem as modificações no ciclo de vida familiar - separação e novas uniões parentais - e como vivenciam esses acontecimentos. Buscou-se, com base na abordagem da pesquisa qualitativa, responder às questões acerca de como são experimentados esses eventos, que dificuldades acarretam, que possibilidades abrem.

O enquadre teórico tomou como referência contribuições do campo da psicologia do

desenvolvimento e de teóricos da família, bem como contribuições oferecidas pela teoria e pelo método psicanalítico na clínica de crianças e adolescentes.

As transições familiares têm sido objeto de múltiplos estudos e pesquisas, a partir das últimas décadas. Por tratar-se de um evento que se tornou freqüente, os educadores, os operadores do Direito, os profissionais em saúde mental e a mídia focalizaram sua atenção nessas transições, numa tentativa de

¹ Apoio da Unisinos. Colaboração dos acadêmicos em Psicologia Anderson Pedroso, Caroline Hastenpflug, Débora Santos, Fernanda Brazeiro, Iria Cichelero, Marilda Perez, Renata Dotto Cidade, Rosângela Nunes, Sara Myron, Solange Heckler e Vanessa Voll.

* Doutora em Psicologia Clínica pela PUC de São Paulo. Professora e Coordenadora do Programa Interdisciplinar de Promoção e Atenção à Saúde e do Curso de Especialização em Psicoterapia Psicanalítica de Crianças e Adolescentes da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, RS.

compreendê-las e avaliar os seus efeitos sobre os personagens envolvidos.

Segundo Hetherington e Stanley-Hagan (1999), nos anos 1960, nos Estados Unidos, quase 90% das crianças passavam sua infância e adolescência em lares com os dois pais biológicos casados; hoje, em torno de 40% das crianças naquele país e 50% no Reino Unido vivem nessas condições.

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, CEPAL², constata uma tendência crescente no número de famílias que experimentaram alguma transição. Segundo os dados disponibilizados, existiam no Brasil, na década de 1990, aproximadamente 14 milhões de famílias resultantes de experiências de separação e divórcio. Um em cada quatro casamentos terminou em separação nesse período e estima-se que na presente década o número de famílias nucleares (aquelas compostas por pai, mãe e filhos de um primeiro casamento) deverá ser menor do que o das novas uniões resultantes de separações e divórcios, numa proporção de 48 para 52%.

Estatísticas do Registro Civil do IBGE indicaram, em 1985, a realização de 952.295 casamentos no Brasil, e um total de 112.547 separações judiciais e divórcios encerrados em 1.^a instância. Em 1994 o número de casamentos caiu para 763.129, enquanto o número de separações judiciais e de divórcios encerrados em 1.^a instância se elevou para 181.920. Destas separações e divórcios concedidos, 143.136 envolveram filhos e filhas. Em 1998, o número de casamentos declinou para 698.614, enquanto as separações e divórcios, encerrados em primeira instância, elevaram-se para 195.880, envolvendo 166.804 menores. Segundo os últimos dados disponíveis, em 2001 o número de casamentos foi de 673.452, enquanto o número de separações judiciais e divórcios encerrados em 1.^a instância elevou-se para 223.600, envolvendo 186.292 filhos e filhas.

O divórcio é reconhecido como um grande rompimento no processo do ciclo de vida familiar, afetando os membros da família em todos os níveis geracionais, tanto a família nuclear como a ampliada. Ele provoca uma crise para a família como um todo e também para cada indivíduo que a compõe, aumentando a complexidade das tarefas desenvolvimentais que o grupo familiar estiver vivenciando no momento em que ocorrer (Carter & McGoldrick, 1989/1995).

Quando os pais se separam, as crianças e/ou os adolescentes têm que enfrentar essa crise, a qual possui múltiplas implicações. Ocorrem mudanças nas relações íntimas, tanto ao nível da família de origem como ao da família extensa, e mudanças na rede social e na infra-estrutura de vida de todos os envolvidos. Essas mudanças são acompanhadas por um conjunto complexo de sentimentos, o qual inclui muitas vezes o medo do abandono. São também caracterizadas pela imprevisibilidade e pela falta de informação e comunicação a seu respeito. Com frequência, uma série de modificações começa a ocorrer na vida da criança, sem que ela tenha uma noção clara do que está acontecendo e do que está por acontecer (Souza, 2000). Além disso, alguns estudos apontam a falta de comunicação entre os pais e a criança sobre a separação, o que implica às vezes no enfrentamento do processo na mais absoluta solidão e falta de informações e de referências (Ducibella, 1995; Fry, 1983; Souza, 2000; Wadsby & Svedin, 1994).

No âmbito da clínica, fundamentar conceitos e teorias que possibilitem a compreensão dos processos psicológicos subjacentes a essas transições e crises concomitantes, além de desenvolver possibilidades de intervenção diante de tais situações, tem sido um desafio constante e um compromisso para os profissionais e pesquisadores da área.

O modelo no qual nos baseamos para a leitura da seqüência de eventos e processos de mudanças associadas ao divórcio poderá modificar nossa visão do ajustamento da criança e dos fatores que influenciam tal ajustamento.

Fazendo uma revisão extensa dos estudos da área, Hetherington e Stanley-Hagan (1999) afirmam que as primeiras pesquisas sobre o divórcio, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, eram baseadas no modelo de déficit e guiadas por duas suposições comumente sustentadas: primeiramente era assumido que uma estrutura familiar com dois pais é necessária para a socialização bem-sucedida da criança e que a ausência do pai implicaria em sérias conseqüências adversas, especialmente para os meninos. Em segundo lugar era assumido que o divórcio é um evento traumático, que tem efeitos deletérios severos e duradouros no ajustamento das crianças. O foco desses estudos era na estrutura familiar e nos resultados adversos.

Essas autoras questionam alguns aspectos metodológicos desses estudos e sublinham a importância de investigar fatores mediadores e moderadores significativos desde o tempo da separação dos pais, tais como características individuais deles e das crianças, variáveis no processo

² Comisión Econômica para América Latina y el Caribe. (1998). Naciones Unidas. Disponible em: www.eclac.org. (Acessado em 10/09/2001).

familiar e outros fatores transacionais que acompanham o divórcio, como declínio econômico, mudança de residência com a ida para uma casa menos desejável, que implica em mudança de bairro, escola e afastamento de amigos. Muitos desses estudos eram comparativos e envolviam indivíduos de dois nichos ecológicos diferentes, no sentido de Bronfenbrenner (1979/1996): crianças de famílias divorciadas e não divorciadas. Focalizados sobre as diferenças, os estudos confirmavam expectativas de déficit no ajustamento das crianças de famílias divorciadas, especialmente representadas nas populações clínicas e delinquentes, exibindo desta forma um rol de problemas de comportamento, sociais, acadêmicos e psicológicos. Com o passar dos anos verificou-se que esses pressupostos nem sempre correspondiam à realidade, pois apenas um quarto ou um terço dos filhos do divórcio apresentam distúrbios que perduram ao longo do tempo, necessitando de atendimento especializado.

As pesquisas atuais buscam investigar condições de vulnerabilidade e resiliência³, entendendo o divórcio como um processo que obriga a múltiplos ajustes: à crise deflagrada pela separação, à vida numa família monoparental, aos novos relacionamentos amorosos dos pais, ao casamento de um ou de ambos, ao nascimento de meios-irmãos, ao relacionamento com a família ampliada.

Esses estudos têm focado a diversidade possível dos ajustamentos parentais e as mudanças e

adaptações necessárias em função da separação. Frisam que de fundamental importância é a continuidade da existência dos vínculos com ambos os pais. Desta forma, o relacionamento com os filhos pode se alterar, possibilitando crescimento de ambas as partes, ou permanecer como o palco privilegiado de antigos e novos conflitos, relativos à pensão, condução da educação, acordos de guarda e regulamentação de visitas. As crianças têm que lidar com as alterações na rotina de vida, a saída de casa de um dos pais, a família extensa, a situação econômica, as brigas, as mudanças no seu relacionamento social e seu comportamento no lar e na escola. Além disso, a separação conjugal conduz à reorganização da vida afetiva, social, profissional e sexual dos pais, modificando, às vezes dramaticamente, a rede de convivência e apoio das crianças e introduzindo, ao longo do tempo, a necessidade de relacionamento (e rompimento) com os novos parceiros dos pais e seus possíveis filhos e familiares.

Parece haver grande diversidade nas respostas ao divórcio e às novas uniões, decorrente da interação entre as características individuais das crianças (sexo, idade na época da separação e características de personalidade) e da vivência familiar pré e pós-divórcio, conforme Wallerstein e Kelly (1996/1998), Kaslow e Schwartz (1987/1995). Tais experiências tanto podem potencializar quanto atenuar velhos problemas, gerar novos, bem como favorecer a adaptação e crescimento de todos.

O ajustamento infantil parece estar diretamente relacionado à quantidade e à qualidade do contato e ao vínculo que a criança estabelece com as figuras parentais - tanto a que detém quanto a que não detém a guarda -, ao ajustamento psicológico da figura parental que detém a guarda, sua capacidade de cuidado, ao nível de conflito existente entre os pais após o divórcio, ao nível de dificuldades socioeconômicas e à quantidade de eventos estressores adicionais que incidirem sobre a família nesse momento de transição.

Por outro lado, é importante considerar que, embora o divórcio possa ser a melhor solução para um relacionamento familiar destrutivo e oferecer à criança a saída de um ambiente de estresse e a oportunidade para o crescimento pessoal, a maioria das crianças experimenta, segundo Hetherington (1979), a transição do divórcio como dolorosa. Mesmo as crianças que mais tarde estarão aptas a reconhecer que a separação teve resultados construtivos, inicialmente terão suportado um considerável sofrimento com o rompimento da família. As primeiras respostas mais comuns das crianças ao divórcio são raiva, medo,

³ Os conceitos de resiliência e vulnerabilidade possuem várias definições, o que significa tratar-se de conceitos em fase de construção e discussão. Revisando as conceituações propostas, consideramos nesse estudo que a resiliência de uma pessoa resulta da interação entre aspectos individuais, da existência de vínculos com pessoas significativas, do contexto social, da quantidade e qualidade dos acontecimentos no decorrer da vida e os chamados fatores de proteção proporcionados pela família e meio social (Junqueira & Deslandes, 2003; Davis, 1999). A resiliência não é um processo estanque nem linear, é um processo dinâmico que possui um caráter contextual e histórico e se expressa não somente do ponto de vista biográfico mas também a partir do conjunto de interações dadas numa cultura determinada. A resiliência implica nas condições nas quais uma criança ou adolescente pode resistir a um traumatismo ou a condições difíceis e manter a integridade do seu desenvolvimento (Célia, 2002; Guédeney, 2002). O foco sobre a resiliência substituiu, de certa forma, a ênfase na vulnerabilidade (Davis, 1999) que resulta da presença de fatores de risco como divórcio, recasamento, mudanças de residência, de escola, discórdia familiar crônica, doença mental dos pais, ausência do pai, pobreza crônica, mãe com pouca educação etc. O equilíbrio entre tais fatores de risco e os fatores de proteção concorrerá para a resiliência de um indivíduo, em cada situação.

depressão e culpa, que perduram, em geral, até por volta de um ano após a separação, quando começa a emergir a redução da tensão e um crescente senso de bem-estar.

Hetherington (1979) sugeriu que um modelo de crise pode ser mais apropriado para conceituar os efeitos de curto prazo do divórcio nas crianças, e seus estudos posteriores o confirmam. No período durante e imediatamente após o divórcio a criança pode estar respondendo às mudanças na sua situação de vida - a perda implicada no afastamento de um dos pais, o conflito conjugal e a desorganização familiar que usualmente precedem e acompanham a separação. As alterações nas relações entre pais e filhos podem estar associadas com estresses temporários e necessidades emocionais dos membros familiares, além das outras ameaças reais ou fantasiadas ao bem-estar da criança, as quais são supostas pela incerteza da situação. Neste período, portanto, estresses associados com conflito, perda, mudança e incerteza podem ser os fatores críticos.

Para Hetherington (1999), a maior parte das crianças pode enfrentar e se adaptar à crise inicial do divórcio dentro de poucos anos. Entretanto, se a crise for composta por múltiplos estresses e adversidade contínua, poderão ocorrer disrupções desenvolvimentais.

Os fatores protetores e os fatores de risco presentes na vivência dessa experiência não são estáticos, e na medida em que a família vive e negocia suas transições, durante e após o divórcio, eles se modificam. Além disso, Hetherington e Stanley-Hagan (1999) lembram que existem grandes diferenças entre as crianças, no equilíbrio entre os fatores de risco e protetores, ao longo do tempo. As interações entre esses fatores no plano individual, familiar e extrafamiliar, que enfraquecem ou promovem o bem-estar da criança, estão associadas com diversas trajetórias desenvolvimentais e com a vulnerabilidade ou resiliência dela ao enfrentar o divórcio.

Por outro lado, a transição familiar também pode apresentar uma chance para superar o conflito, conduzindo a relacionamentos mais integrados e harmoniosos e à oportunidade para um crescimento pessoal maior, individualização e bem-estar.

Assim, Hetherington e Stanley-Hagan (1999) acreditam que crianças em famílias monoparentais podem funcionar melhor do que em famílias nucleares com alto nível de conflito. O bem-estar da criança é associado com o bem-estar dos pais e com o relacionamento entre eles. Embora o ambiente familiar com os menores riscos para um bom desenvolvimento

e socialização da criança seja uma família harmoniosa e intacta, com o pai e a mãe, as crianças estão em situação de risco quando crescem num lar conflituoso com ambos ou num lar monoparental com dificuldades. Entretanto, na ausência de conflito e com um pai ou mãe com custódia que esteja apto(a) para oferecer um envolvimento parental positivo, apesar do estresse inerente aos papéis monoparentais, as crianças, em famílias divorciadas, provavelmente serão competentes e bem-ajustadas (Hetherington, 1979; 1999; Hetherington & Stanley-Hagan, 1999).

A literatura indica que para enfrentar a crise das transições familiares é necessário analisar as condições do indivíduo. No caso específico da separação ou divórcio, Schwartz (1992) destacou que o modo pelo qual as crianças e os adolescentes percebem e respondem ao divórcio parental depende de múltiplos aspectos: sua idade, gênero, nível de desenvolvimento cognitivo, padrão de apego, arranjos de cuidado, redes de suporte (irmãos, família extensa, amigos, terapeutas), personalidade individual e resiliência e o nível de conflito conjugal, antes e depois da separação.

Schwartz (1992) chama especial atenção para a decisiva influência do nível de desenvolvimento cognitivo na compreensão e respostas das crianças ao divórcio. Em estudo anterior (Ramires, 2002), pudemos constatar a importância do desenvolvimento cognitivo, das estruturas de pensamento das crianças e adolescentes na sua compreensão das vicissitudes que atravessam os vínculos amorosos. Assim, para desenvolver estratégias de enfrentamento da crise, um caminho possível parece passar por um aprofundamento do conhecimento relacionado a esse e aos demais aspectos que influenciam essa vivência. Entre esses outros aspectos, acreditamos que tenham relevância o tipo de vínculo com os pais constituído anteriormente à separação, as fantasias associadas à transição familiar em questão, as ansiedades concomitantes e as defesas que a criança utiliza para lidar com as mesmas. É sobre esses aspectos que focalizamos nossa atenção nesse estudo.

AS CONDIÇÕES DE ENFRENTAMENTO DAS CRIANÇAS E PRÉ-ADOLESCENTES FACE ÀS TRANSIÇÕES FAMILIARES

Acreditamos que uma condição importante para o enfrentamento das transições familiares, de uma perspectiva psicanalítica e dos seus desdobramentos, além de todas as que foram mencionadas acima, é a qualidade dos vínculos que puderam ser constituídos ao longo da vida das crianças e dos pré-adolescentes.

O termo *vínculo* é utilizado de maneiras muito diversas na literatura psicanalítica. Porém, independentemente dessas acepções diversas, é uma tendência da psicanálise contemporânea a compreensão da subjetividade e da experiência humana a partir da ótica das configurações vinculares. Puget e Berenstein (1994) assinalam que tanto o conceito de *vínculo* como o de *relação* recobrem uma área de problemas da teoria, incluindo a noção de ego e de objeto, e também a difícil conceituação entre os limites do mundo interno e mundo externo, ou entre o intra-subjetivo e o intersubjetivo. Esses autores, na mesma linha formulada anteriormente por Pichon-Rivière (1980/1998), diferenciam a *relação objetual*, como formação intra-subjetiva, do *vínculo*, termo reservado para a relação intersubjetiva. Na relação objetual, enquanto formação intra-subjetiva, o desejo circula de modo unidirecional, no sentido de um ego desejante de um outro que funciona como objeto intra-subjetivo. Para todo vínculo, por outro lado, é necessária a presença de um referencial externo.

Outra contribuição importante é a de Bion (1962/1997), que desenvolveu o conceito de vínculo enquanto uma estrutura relacional e emocional entre duas ou mais pessoas, ou ainda entre duas ou mais partes separadas de uma mesma pessoa. Zimerman (2001), analisando a conceituação de Bion, destaca as seguintes características a respeito dos vínculos: eles são elos de ligação, de natureza emocional, interpessoais ou intrapessoais, permanentemente presentes e interativos; são imanentes e ao mesmo tempo potencialmente transformáveis; comportam-se como uma estrutura e são polissêmicos, assumindo vários significados.

Incorporando muito do pensamento psicanalítico, mas também adotando princípios de disciplinas como a etologia e a psicologia cognitiva, Bowlby (1969/1990; 1973/1998a; 1973/1998b; 1979/1997; 1988/1989) formulou uma teoria a respeito da propensão dos seres humanos a estabelecerem fortes vínculos afetivos com alguns outros. Tal propensão não está alicerçada nos conceitos de energia psíquica ou impulso (voltados para a alimentação na infância ou o sexo na vida adulta), mas refletiria uma tendência inata do ser humano para vincular-se com outros seres humanos.

Existem três conceitos-chave na obra de Bowlby e na obra igualmente importante de Ainsworth: vínculo afetivo, apego e comportamento de apego. Ainsworth (1989) define *vínculo afetivo* como um laço relativamente durável em que o parceiro é importante como um indivíduo único e não pode ser trocado por nenhum outro. Num vínculo afetivo, existe o desejo de

manter uma proximidade com o parceiro” (p. 711). Já o conceito de *apego* diz respeito a uma subvariedade do vínculo afetivo, na qual o senso de segurança de alguém está estreitamente ligado ao relacionamento. No relacionamento de apego, a segurança e o conforto experimentados na presença do outro permitem que ele seja usado como uma base segura”, a partir da qual poderá se explorar o resto do mundo.

Os vínculos afetivos e os apegos são estados internos e sua existência pode ser observada através dos *comportamentos de apego*. Esse conceito diz respeito a todos aqueles comportamentos que possibilitam ao indivíduo conseguir e manter a proximidade em relação a uma figura de apego. Sorrir, fazer contato visual, chamar, tocar, agarrar-se, chorar, ir atrás são alguns desses comportamentos. Bowlby (1969/1990) inclui o *comportamento de apego* numa classe de comportamento social de importância equivalente à do comportamento de acasalamento e do comportamento parental.

Ainsworth (1989) também contribui para elucidar a diferença entre *vínculos afetivos* e *relacionamentos*, propondo que eles não são sinônimos e diferem de três formas: em primeiro lugar, os vínculos afetivos, por definição, são relativamente duradouros, enquanto os relacionamentos podem durar ou não; em segundo lugar, enquanto os relacionamentos são diádicos, os vínculos são característicos do indivíduo e não da díade, e implicam numa representação na organização interna da pessoa; em terceiro, a natureza de um relacionamento emerge da história total da interação entre os indivíduos, é propensa a ser variada e a envolver diversas categorias de conteúdos, muitos dos quais podem ser irrelevantes para produzir um apego ou qualquer tipo de vínculo afetivo.

Destarte, alguns relacionamentos, ou alguns de seus conteúdos, não implicam em apego ou em qualquer tipo de vínculo afetivo. Por outro lado, embora os vínculos afetivos sejam característicos do indivíduo e não da díade, entendemos que eles se constituem a partir de uma interação, a qual implica numa díade e no relacionamento que se passa entre essas duas pessoas. A própria Ainsworth (1989) utiliza o termo vínculo para caracterizar os relacionamentos com os pares sexuais, com os amigos, com os pais e com outros parentes.

A literatura sobre a teoria do apego também explorou a qualidade e a valência dos padrões de apego originados nas relações com os cuidadores primários. Ainsworth Blehar, Waters e Waals (1978) distinguiram entre apego seguro e dois tipos de apego inseguro, os quais avaliaram utilizando um procedimento chamado de Situação Estranha”. Essa

pesquisa concluiu que a maioria das crianças podia ser considerada como seguramente apegada” e as demais como apresentando um tipo de apego inseguro/evitativo” ou inseguro/ambivalente, ou resistente”.

A formação de um padrão ou outro de apego depende de condições tais como disponibilidade emocional dos pais ou principais cuidadores, sua capacidade para responsividade contingente”, a aceitação do bebê por parte dos pais, depressão materna, instabilidade resultante de pobreza etc.

Bowlby (1979/1997) defende a tese de que existe uma relação muito estreita entre as experiências da criança com seus pais e sua capacidade posterior para estabelecer vínculos afetivos, e que essa relação tem também repercussões significativas do ponto de vista da psicopatologia. Assim, acreditamos que a qualidade dos vínculos que puderam ser constituídos pelas crianças, bem como dos modelos representacionais que lhes correspondem, pode se constituir como importante fator de resiliência no enfrentamento das crises geradas pelas transições familiares. Esta convicção é apoiada nas contribuições de diversos autores, que associam o estabelecimento do vínculos com figuras significativas, ou a constituição de um apego seguro à resiliência (Célia, 2002; Davis, 1999; Guédny, 2002; Junqueira & Deslandes, 2003; Vicente, 1998).

MÉTODO

O estudo foi realizado na clínica-escola de uma universidade do Sul do país na qual, entre outras intervenções, é disponibilizado à comunidade o atendimento em psicoterapia psicanalítica de crianças e adolescentes. Os participantes do estudo foram 11 crianças e pré-adolescentes, entre 5 e 13 anos de idade, sendo 7 masculinos e 4 femininas, todos de classe socioeconômica média-baixa.

Essas crianças, pré-adolescentes e suas famílias buscaram atendimento referindo no motivo da consulta a situação de transição familiar, associada à separação dos pais. Foram realizadas três sessões individuais com as crianças e pré-adolescentes, seguindo o enquadre da hora de jogo”, da perspectiva da técnica psicanalítica (Aberastury, 1974/1992; Klein, 1955/1980). Essas entrevistas foram gravadas e transcritas, sob autorização. Na terceira sessão foi realizado o Teste do Desenho da Família, o qual também foi utilizado na análise dos dados. Os pais foram entrevistados antes e depois das três sessões realizadas com as crianças e pré-adolescentes. Os dados levantados nessas entrevistas com os pais

complementaram as informações obtidas com os participantes do estudo.

Todas as sessões tiveram a duração de 50 minutos e foram realizadas em consultório equipado com brinquedos, jogos e material de desenho usualmente utilizados na hora de jogo”.

O conteúdo das sessões foi analisado com base nas seguintes categorias analíticas: tipo de vínculo com os pais, fantasias associadas à separação, angústias predominantes e principais defesas utilizadas. A partir daí configuraram-se algumas categorias empíricas, as quais são discutidas a seguir, tomando como referência o método de análise proposto por Minayo (1998).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tempo de separação dos pais na data da primeira consulta foi de 1 mês em dois casos, 1 ano em quatro, 3 anos em dois casos, 4 anos em outros dois, e uma criança tinha os pais separados havia 8 anos.

Os motivos da consulta foram os seguintes: três crianças foram encaminhadas devido à solicitação de avaliação psicológica pela juíza da vara de família do município, em razão da disputa pela sua guarda entre seus pais. Em dois casos houve a solicitação dos pais (num caso da mãe e no outro do pai) de avaliação, por temerem que as filhas apresentassem algum problema devido à separação. Em um desses casos a menina estava com 6 anos e a separação havia ocorrido 3 anos antes. No outro a menina estava com 10 anos e a separação havia ocorrido 4 anos antes. Quatro crianças foram encaminhadas pela escola por apresentarem problemas de aprendizagem (associados a desmotivação, distração, recusa em ir para escola e em fazer os temas), sendo que em dois desses casos tais queixas estavam associadas a problemas de relacionamento e de comportamento e já haviam implicado em reprovação. Um desses meninos fora encaminhado também pelo conselho tutelar. As idades dessas crianças eram de 8 anos na época da avaliação (em dois casos) de 9 anos (em dois casos), sendo que três eram meninos e uma, menina.

Com relação ao tipo de vínculo que essas crianças haviam constituído com seus pais, formulamos uma hipótese com base na análise do material das sessões e na interpretação do Desenho da Família, de acordo com os indicadores propostos por Fury, Carlson e Sroufe (1997) e Ceconello e Koller (1999). Segundo essa hipótese, cinco crianças apresentavam um estilo

de apego inseguro com seus pais, sendo três do tipo ambivalente (Rodrigo⁴, de 5 anos; Katherina e Juliano, de 9 anos) e dois do tipo evitativo (Rafael e Herbert, de 8 anos). As outras seis crianças apresentavam um estilo de apego seguro (Amanda e Hélio de 6 anos; Paulo de 8 anos; Jéssica de 10 anos; e Júlio e Natália, com 13 anos).

A análise do conteúdo das sessões permitiu a configuração das seguintes categorias:

- **Participantes com 5 e 6 anos de idade:** três crianças participaram do estudo com essas idades, uma menina e dois meninos, e a análise do seu material clínico levou à formulação das seguintes categorias: 1^a) *desejo/fantasia de ter a família novamente reunida*; 2^a) *separação sentida como uma grande tormenta que destrói sua casa*; 3^a) *conflitos de lealdade*; e 4^a) *vivência dos conflitos próprios da idade* (conflito edípico).

O conteúdo das sessões dessas três crianças revelou claramente o desejo de reunir os pais, e a fantasia de que eles voltariam a viver juntos, ainda que em dois desses casos as mães dessas crianças já vivessem com novos companheiros. Mesmo havendo uma aceitação dos padrastos e das novas uniões das mães, paralelamente o jogo das crianças revela a fantasia de uma reunião dos pais.

A forma como a separação foi sentida por essas três crianças ficou evidenciada por fantasias ligadas a uma grande tormenta que destruiu suas casas, um grande temporal do qual todos tinham que se proteger, e que conduzia a quebras e rupturas. Em um dessas crianças, um menino de 5 anos, nas três sessões o conteúdo do jogo incluía um terceiro elemento (ladrão, dragão e outros animais ferozes) que separava os pais e destruía a casa. Tomando como referência o sentido simbólico de tais conteúdos podemos levantar a hipótese de que, através da casa” destruída, essas crianças se referiam a uma situação e a uma dada configuração familiar que se rompe e modifica a partir de uma tormenta”, ou seja, a partir de conflitos, insatisfações e às vezes brigas e agressões.

Tais situações de transição familiar, por mais tumultuadas e conflituosas que possam ser, não impedem a vivência dos conflitos, crises e tarefas desenvolvimentais que o grupo familiar estiver vivenciando, conforme salientado por Carter e McGoldrick (1989/1995). Desta forma, encontramos no jogo dessas crianças evidências correspondentes à vivência do conflito edípico, sendo que o tipo de

angústia predominante nesses casos foi a angústia de castração.

Os impulsos edípicos, principalmente no caso de Rodrigo, de 5 anos, implicavam em temores de retaliação, devido às fantasias agressivas e incestuosas intensas, incrementado a sua angústia de castração. Em seu jogo foi possível constatar a presença de sentimentos de culpa e fantasias sádicas de castigo sofrido por ele.

Nessa idade encontramos nas crianças a presença de conflitos de lealdade importantes. Elas se mostram divididas entre as posições dos pais e desejosas de agradar a ambos e de estar próximas tanto do pai como da mãe. No jogo, assim como no desenho, colocam-se alternadamente ao lado do pai e da mãe, o que pode ser interpretado como o desejo de manter proximidade com os dois. Além disso, nos casos de maior conflito, como no de Rodrigo, por exemplo (cujos pais disputavam judicialmente sua guarda e a de seus irmãos), observa-se que a criança acaba ocupando o papel de porta-voz dos desejos dos pais, verbalizando aquilo que eles esperam.

- **Participantes com 8 e 9 anos de idade:** a maior parte das crianças que participaram do estudo encontrava-se nessa faixa etária – 5 crianças, sendo três com 8 anos e duas com 9. Quatro dessas crianças são meninos e uma, menina. As categorias formuladas, com base no material que se salientou nas suas sessões, foram: 1^a) *ansiedade de separação*; 2^a) *sentimentos de perda, pesar e dor intensas*; 3^a) *fantasias de abandono, rechaço*; e 4^a) *conflitos no processo identificatório*.

Quatro dessas crianças haviam sido encaminhadas para avaliação psicológica e/ou atendimento clínico pelas escolas, por apresentarem problemas de aprendizagem, desmotivação, dificuldades de atenção. Duas apresentavam também problemas de relacionamento e de comportamento (agressividade) e já haviam sido reprovadas. Uma delas, um menino de 9 anos (Juliano), além da escola fora também encaminhado pelo conselho tutelar para avaliação.

Dessas cinco crianças, quatro apresentaram um estilo de apego inseguro, segundo a hipótese que formulamos. Talvez esse tipo de vínculo contribuísse para a ansiedade predominante entre elas – ansiedade de separação. Em dois meninos, Rafael e Juliano, ficou evidente o temor de perda do objeto. Além disso, o conteúdo do jogo de Juliano e Katherina revelou que a separação dos pais foi vivida como abandono, levando a sentimentos de esvaziamento, privação e rechaço. Apenas no caso de Paulo constatamos um predomínio da ansiedade de castração, sendo ele, dessas cinco crianças, o único

⁴ Os nomes das crianças utilizados nesse artigo são fictícios e foram modificados, assim como quaisquer características que possibilitassem sua identificação.

que apresentava um estilo de apego seguro, segundo nossa hipótese.

As cinco crianças apresentavam sentimentos de perda, pesar e dor intensa, sugerindo que o luto pela separação dos pais ainda não havia sido suficientemente elaborado (ainda que o tempo decorrido da separação variasse de 1 ano - em dois casos - a 3, 4 e 8 anos nos outros. Subjacente a esses sentimentos encontramos também raiva intensa e fantasias agressivas dirigidas aos pais.

Dois desses meninos apresentavam sintomas depressivos (Rafael e Herbert, de 8 anos), e Juliano, cujas dificuldades se expressavam também via comportamento (fora encaminhado pelo conselho tutelar, além da escola), pareceu apresentar um núcleo depressivo importante subjacente, do qual se defendia através das atuações.

O conteúdo simbólico do jogo dessas crianças foi permeado por fantasias de abandono, rejeição e, em alguns casos, de privação. Tais fantasias incrementam os sentimentos de pesar, bem como os sentimentos de raiva e agressão às figuras parentais. Nos casos de Rafael, Herbert, Katherina e Juliano contribuíram para uma diminuição da sua auto-estima. Em Katherina essas fantasias pareciam contribuir também para um comportamento voraz, dependente e imaturo, e para um relacionamento com a mãe com matizes simbióticos.

As cinco crianças apresentavam conflitos no processo identificatório, constatados através do brinquedo e principalmente do desenho da família. Acreditamos que os sentimentos ambivalentes em relação aos pais, em consequência da forma como foram vividas as separações e das características dos vínculos com eles constituídos anteriormente às separações, contribuíam de maneira importante para esses conflitos.

Assim como já foi apontado pela literatura (Kaslow & Schwartz, 1987/1995; Wallerstein & Kelly, 1996/1998), constatamos uma vulnerabilidade particularmente significativa às transições familiares entre as crianças dessa faixa etária. As dificuldades apresentadas pelas crianças que tivemos oportunidade de avaliar coincidem com as descritas nos estudos citados e indicam a atenção particular que deve ser dirigida a elas.

Além disso, destaca-se a qualidade dos vínculos constituídos com os pais como um fator importante na maior ou menor vulnerabilidade dessas crianças.

- **Participantes com 10 e 13 anos de idade:** três pré-adolescentes participaram do estudo. Jéssica, com 10 anos, e Júlio e Natália, com 13. Com base no material analisado das suas entrevistas,

formulamos as seguintes categorias: 1ª) *aceitação da nova união dos pais*; 2ª) *assumem atitude de cuidado e proteção dos pais*; 3ª) *sentimentos de culpa e temores de retaliação*; 4ª) *raiva e tristeza*.

Nos três casos considerados como pré-adolescentes, pelas características apresentadas por esses jovens, constatamos que, devido à percepção da inadequação de algumas atitudes das figuras parentais, eles assumiram uma postura de cuidado e proteção em relação a seus pais. Por exemplo, no caso de Júlio, durante o período em que seus pais viviam um intenso conflito antes da separação, marcado por muitas brigas e agressões, ele deixava de ir para a escola e ficava em casa, com o objetivo de evitar as agressões dos pais entre si, o que acarretou uma reprovação sua, por falta de frequência. Da mesma forma, Natália, cujo pai apresentou problemas relacionados ao alcoolismo, tornando-se agressivo com a mãe, encarregou-se de conduzir e manter a separação dos pais, uma vez que a mãe não demonstrava firmeza quanto à separação. Jéssica, devido aos conflitos e acusações dos pais após a separação, ainda que de forma ansiosa e ambivalente, procurava mediar tais conflitos.

Os três jovens, segundo a hipótese que formulamos, apresentavam um estilo de apego seguro com os pais, mas durante a crise concomitante à situação de transição familiar observamos que os papéis se inverteram, e eles assumiram a função de cuidadores em relação a essas figuras parentais.

Esse papel parecia acarretar-lhes sentimentos de culpa e temores de retaliação em relação ao pai que não detinha a sua guarda (em dois casos a guarda era materna e em um era paterna), figura que também era objeto do seu carinho e preocupação. Tais sentimentos pareciam ser decorrentes da fantasia de que estavam atacando e agredindo esses pais, na medida em que tiveram que se encarregar de colocar limites na confusão e na crise conjugal.

Como consequência, apresentavam sentimentos de raiva e tristeza, associados não apenas ao genitor que não detinha a guarda, mas também à mãe e ao pai com quem viviam.

Nos casos de Jéssica e de Júlio, as mães haviam assumido uma nova união, a qual não parecia implicar em maiores conflitos para eles. Pelo conteúdo das suas sessões, pareceu-nos que essas novas relações das mães eram aceitas, sendo que as dificuldades maiores eram sentidas em relação às inadequações, aos conflitos e às condutas dos pais entre si.

Esse contexto e as tarefas que tiveram que ser assumidas por esses jovens dificultavam de certa forma que pudessem vivenciar os sentimentos e experiências correspondentes à fase da adolescência

que estavam iniciando, sobrecarregando-os na sua travessia dessa crise do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o conjunto desses dados, constatamos que o tipo de vínculo que essas crianças e pré-adolescentes haviam estabelecido com seus pais constitui-se como um importante fator de resiliência no enfrentamento das transições familiares. Naqueles que apresentavam um estilo de apego seguro, segundo a hipótese que formulamos, constatamos menos dificuldades. Os sintomas apresentados por ocasião da busca de atendimento pareciam estar relacionados à crise gerada pela situação de transição. Como vimos acima (Carter & McGoldrick, 1989/1995; Hetherington, 1979, 1999; Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Kaslow & Schwartz, 1987/1995; Schwartz, 1992; Wallerstein & Kelly, 1996/1998), o evento da separação ou divórcio sempre gera uma crise, a qual conduzirá a múltiplos ajustes, que poderão ser mais ou menos bem-sucedidos. É de esperar, portanto, a presença de sintomas ou desajustes temporários, de acordo com as características da criança e o contexto em que ocorre a transição.

Um outro aspecto que se salientou em nosso estudo foi que as crianças que estavam com 8 e 9 anos de idade pareceram mais vulneráveis. Com exceção de uma delas (Rafael, que veio para avaliação por solicitação da juíza, pela disputa judicial dos pais), as outras quatro apresentavam dificuldades importantes na escola, na área da aprendizagem, sendo que em duas tais sintomas eram acompanhados por problemas de comportamento. Dessas cinco crianças, quatro apresentavam estilo de apego inseguro, segundo nossa hipótese, o que possivelmente aumentava sua vulnerabilidade. Além disso, estudos anteriores já indicaram a maior vulnerabilidade dessa faixa etária no enfrentamento das transições familiares (Kaslow & Schwartz, 1987/1995; Ramires, 2002; Wallerstein & Kelly, 1996/1998).

Das 11 crianças e pré-adolescentes avaliados acreditamos que três apresentavam sintomas decorrentes de conflitos anteriores à separação dos pais, apenas agravados pela crise da separação. Esse parecia ser o caso de Herbert, de 8 anos (cujos pais estavam separados havia 4), de Katherina, de 9 anos (cujos pais estavam separados fazia 8) e de Juliano, também de 9 anos (cujos pais estavam separados havia 3 anos). O grau de dificuldades dessas três crianças remetia a angústias mais intensas, sentimentos de insegurança, abandono, esvaziamento, baixa auto-estima, depressão subjacente, e demandava a

utilização de mecanismos de defesa mais arcaicos e mais custosos para o ego: dissociação, projeção, isolamento, evitação, negação, defesas maníacas.

Observa-se que os sentimentos de desamparo associados à separação apareceram mais claramente entre as crianças de 5 e 6 anos de idade, e entre as de 8 e 9. Parece que a idade das crianças e o nível de desenvolvimento cognitivo, afetivo e social são fatores que auxiliam também no enfrentamento das transições familiares, favorecendo as crianças mais velhas e os adolescentes. Estudos anteriores conduziram também a essas constatações (Ramires, 2002; Schwartz, 1992).

Também foi salientada em estudos anteriores (Hetherington, 1979; 1999; Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Schwartz, 1992) a importância dos fatores mediadores e moderadores como tempo de separação, características dos pais, variáveis no processo familiar, e de fatores transacionais, como declínio econômico, mudança de residência etc. Percebemos, junto às crianças avaliadas nesse estudo, que as maiores dificuldades eram apresentadas por aquelas cujas condições socio-econômicas eram mais precárias, cujos pais e mães pareciam apresentar dificuldades sérias de personalidade, ou que não estavam podendo contar com uma rede de apoio significativa.

É importante também salientar que a transição familiar associada à separação ou a uma nova união dos pais não impede nem posterga a vivência dos conflitos próprios do desenvolvimento. Pelo menos foi o que contactamos junto às crianças e pré-adolescentes que avaliamos. Parece implicar, às vezes, numa intensificação de tais conflitos e no incremento das ansiedades concomitantes. Nas crianças de 5 e 6 anos de idade, associada à conflitiva edípica, surgiu a fantasia de culpa pela separação dos pais e temores de retaliação. Nas crianças de 8 e 9 anos de idade encontramos conflitos importantes no processo identificatório, possivelmente resultantes das fantasias agressivas dirigidas aos pais, do tipo de vínculo que haviam estabelecido com eles e das inadequações percebidas nessas figuras parentais em alguns casos. Finalmente, nos pré-adolescentes percebemos certa ambivalência em relação às tarefas e atividades próprias da idade, acompanhada da fantasia de que tinham que cuidar dos pais, o que também lhes ocasionava sentimentos de raiva.

É importante sublinhar, ainda, a necessidade de adotarmos uma postura de não-vitimização das crianças que vivenciam situações como separação ou divórcio dos pais. A literatura vem colocando, como vimos antes, eventos como esse como transições previsíveis no ciclo de vida familiar, destacando que

nem sempre implicarão em conseqüências traumáticas ou adversas. A tendência de vitimização da criança gera fortes sentimentos de culpa nos pais e condutas de superproteção, fragilização de limites como medidas compensatórias.

Outro ponto que gostaríamos de salientar diz respeito ao fato de que as crianças e pré-adolescentes que participaram desse estudo foram avaliados nas condições peculiares e particulares em que se encontravam, não sendo possível fazermos generalizações a partir dos dados analisados junto a eles. Mas esses mesmos dados nos levam a refletir sobre a importância dos vínculos, e do trabalho de promover e fortalecer os vínculos entre as pessoas que vivenciam as transições, nos vários *settings* possíveis, como um importante fator de saúde mental e resiliência.

Devemos lembrar, ainda, a importância de pensarmos em estratégias de apoio nas transições familiares, anteriores às intervenções clínicas, que possam atuar preventivamente, garantindo as condições para o bom desenvolvimento das crianças.

REFERÊNCIAS

- Aberastury, A. (1992). (8ª ed.). *Psicanálise de crianças: teoria e técnica*. (A. L. L. Campos, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1974).
- Ainsworth, M. D. S. (1989). Attachment beyond infancy. *American Psychologist*, 44(4), 709-716.
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E. & Waals, S. (1978). *Patterns of attachment*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bion, W. R. (1997). *Aprendiendo de la experiencia*. (Haydeé B. Fernández, Trad.) Barcelona: Paidós. (Originalmente publicado em 1962).
- Bowlby, J. (1990). (2ª ed.). *Apego e perda*. (Vol 1. *Apego: a natureza do vínculo*). (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1969).
- Bowlby, J. (1998a). (3ª ed.). *Apego e perda*. (V. 2. *Separação: angústia e raiva*). (L. Hegenberg, O. Mota & M. Hegenberg, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1973).
- Bowlby, J. (1998b). (2ª ed.). *Apego e perda*. (Vol 3. *Perda, tristeza e depressão*). (V. Dutra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1973).
- Bowlby, J. (1997). (2ª ed.). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1979).
- Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego*. (S. M. Barros, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1988).
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1979).
- Carter, B., McGoldrick, M. e cols. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. (M. A. V. Veronese, Trad.). (2ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1989)
- Cecconello, A. M. & Koller, S. (1999). Avaliação da representação mental da relação de apego através do Desenho da Família: um estudo com crianças brasileiras. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 51(4), 39-51.
- Célia, S. (2002). A capacitação da resiliência e a formação da pele psicossocial. Em L. Corrêa Filho, M. E. Corrêa e P. S. França (Orgs.). *Novos olhares sobre a gestação e a criança até os 3 anos* (pp. 494-502). Brasília: L. G. E. Editora.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe. CEPAL. (1998). *Naciones Unidas*. Disponível em: <www.eclac.org>. (Acessado em 10/09/2001)
- Davis, N J. (1999) Resilience. Status of Research and Research-Based Programs. Disponível em: <www.mentalhealth.org/specials/schoolviolence/resilience/htm >. (Acessado em 7/09/2001)
- Ducibella, J. S. (1995). Consideration of the impact of how children are informed of their parents' divorce decision: a review of the literature. *Journal of Divorce & Remarriage*, 24(3/4), 121-141.
- Fry, P. S. (1983). The kid's eye view: the single parent family and children's perceptions of personal needs and concerns for the future. *Journal of Child Care*, 1(5), 31-50.
- Fury, G.; Carlson, E. A. & Sroufe, A. (1997). Children's representations of attachment relationships in family drawings. *Child Development*, 68(6), 1154-1164.
- Guédeney, A. (2002). O apego e a resiliência: teoria, clínica e política social. Em L. Corrêa Filho, M. E. Corrêa e P. S. França (Orgs.). *Novos olhares sobre a gestação e a criança até os 3 anos* (pp. 503-511). Brasília: L. G. E. Editora.
- Hetherington, E. M. (1979). Divorce. A child's perspective. *American Psychologist*, 34(10), 851-858. October.
- Hetherington, E. M. (1999). Should we stay together for the sake of the children? In: E. M. Hetherington, (ed.). *Coping with divorce, single parenting and remarriage: A risk and resiliency perspective*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Hetherington, E. M. & Stanley-Hagan, M. (1999). The adjustment of children with divorced parents: a risk and a resiliency perspective. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 40(1), 129-140.
- IBGE. (2001). *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 48, 1-740. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br> (Acessado em 20/02/2002)
- Junqueira, M. F. P. S. & Deslandes, S. F. (2003). Resiliência e maus-tratos à criança. *Cad. Saúde Pública*, 19(1), 227-235.
- Kaslow, F. W. & Schwartz, L. L. (1995). *As dinâmicas do divórcio*. (M. Lopes e M. Carbajal, Trad.). São Paulo: Editorial Psy. (Originalmente publicado em 1987)
- Klein, M. (1980). *Novas tendências na psicanálise*. (A. Cabral, Trad.). (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1955).
- Minayo, M. C. S. (1998). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (5ª ed.). São Paulo: Hucitec-Abrasco. (Originalmente publicado em 1992).

- Pichon-Rivière, E. (1998). *Teoria do vínculo*. (E. T. Zamikhouwky, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1980).
- Puget, J. & Berenstein, I. (1994). *Psicanálise do casal*. (F. F. Settineri, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ramires, V. R. R. (2002). *O amor e suas vicissitudes: as concepções de crianças e adolescentes*. Tese de Doutorado. Não-publicada, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Schwartz, L. L. (1992). *Children's perceptions of divorce*. *The American Journal of Family Therapy*, 20(4), 324-332.
- Souza, R. M. (2000). Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 203-211.
- Vicente, C. M. (1998). Promoção de resiliência. Em: *Políticas Públicas e Estratégias de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei*, Coleção Garantia de Direitos, Série Subsídios 2, (pp. 67-72). Brasília: Departamento da Criança e do Adolescente, Ministério da Justiça.
- Wadsby, M. & Svedin, C. G. (1994). Parental divorce: from the children's viewpoint. *Nord Journal Psychiatry*, 48, 107-116.
- Wallerstein, J. S. & Kelly, J. B. (1998). *Sobrevivendo à separação*. (M. A. V. Veronese, Trad.) Porto Alegre: ArtMed. (Originalmente publicado em 1996)
- Zimerman, D. (2001). *Vocabulário contemporâneo de psicanálise*. Porto Alegre: Artmed.

Recebido em 21/11/2003

Aceito em 29/03/2004

Endereço para correspondência: Vera Regina Röhnelt Ramires. Av. Carlos Gomes, 911 ap. 201, CEP 90480-004, Porto Alegre-RS. E-mail: veraramires@terra.com.br